UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE HISTÓRIA

PRÁTICAS EDUCACIONAIS JESUÍTICAS NO MARANHÃO COLONIAL

SÃO LUIS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE HISTÓRIA

MARLON BRUNO BARROS CARDOZO

PRÁTICAS EDUCACIONAIS JESUÍTICAS NO MARANHÃO COLONIAL

SÃO LUIS

2015

Com a invasão francesa no Maranhão, liderada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, e a formação da chamada França Equinocial, de 1612 a 1615, as autoridades ibéricas perceberam a necessidade de uma efetiva colonização da região. O primeiro passo foi a organização de uma expedição militar, liderada por Jerônimo de Albuquerque para expulsar os franceses da região e da cidade que tinham fundado: São Luís do Maranhão.

Após a derrota dos franceses, uma nova expedição foi enviada com o propósito de procurar um local adequado para a fundação de uma cidade, cuja finalidade seria a defesa da entrada do rio Amazonas, surgindo assim Belém do Pará, com a construção do forte do Presépio, em 1616. O Estado do Maranhão (depois conhecido como Estado do Maranhão e Grão-Pará) foi criado por carta régia de 13 de junho de 1621. Era independente do Estado do Brasil e estava diretamente subordinado a Lisboa. Seu território compreendeu, entre 1626 e 1775, os atuais estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

Em 21 de março de 1618, o Conselho da Fazenda comunicou ao rei D. Felipe II a importância que a Ordem Nossa Senhora do Carmo na conquista do Maranhão e na conversão dos gentios, solicitando ainda autorização régia para o envio de mais religiosos.

Os jesuítas se estabeleceram em um antigo convento de frades franceses, juntamente com padres franciscanos, já os carmelitas receberam de Alexandre Moura – capitão-mor da expedição de 1615 – a ilha do Medo e duas léguas de terras onde hoje é a Ponta do Bonfim. Em 1624, chegaram ao Maranhão, sacerdotes da Ordem do Seráfico São Francisco de Assis. A última ordem religiosa a se estabelecer no Maranhão foi a dos Mercedários, em 1654.

Essas ordens religiosas do Maranhão colonial tinham como interesse a conversão e educação dos nativos, teoricamente, pois na verdade serviram de instrumento de dominação política colonial européia. Entre essas ordens, os jesuítas merecem destaque. A presença sistemática de representantes da Companhia de Jesus na região do Maranhão e do Grão-Pará foi relativamente tardia. No início do século XVII, mais precisamente em 1607, dois inacianos, Francisco Pinto e Luís Figueira, partiram de Pernambuco para a serra de Ibiapaba com o intuito de evangelizar tribos indígenas ali localizadas. O primeiro foi sacrificado pelos índios Tapuia; Luís Figueira conseguiu escapar e voltou a Pernambuco.

Somente em 1622, Luís Figueira e Benedito Amodei chegam a São Luís para fixar residência dos jesuítas, encontrando resistência dos colonos na sua permanência, que só foi assegurada pelo firme apoio recebido pelo capitão-mor Antônio Moniz Barreiros. Os colonos temiam que os jesuítas dificultassem a escravização dos indígenas e por isso foram tão hostis.

Paralelamente a catequese, os jesuítas empreenderam uma significativa ação educacional, visando a formação intelectual da juventude. Assim foram fundados vários estabelecimentos de ensino – colégios, escolas e seminários – em São Luis, Alcântara, Parnaíba, Guanaré e Aldeias Altas.

A criação dos colégios jesuíticos passou por diversas organizações. A primeira foram os colégios tipo residências, destinados aos meninos que seriam os futuros jesuítas. Esses residiam e estudavam no mesmo local e freqüentavam as universidades civis, para um maior controle dos futuros mandatários da doutrina e da fé cristã. A segunda é quando surgiram os colégios docentes para jesuítas, onde lá moram e ensinavam, fincando totalmente internos. No terceiro, esses colégios para docentes somente admitiam alunos seculares, tendo como professores os jesuítas. Na última fase, surgiram os colégios só para seculares, ou só para jesuítas, onde era dada uma formação

séria e sólida para os futuros membros da Companhia.

Os colégios próprios, só para jesuítas, os colégios para externos e também os seminários para o clero secular foram três iniciativas que surgiram desde cedo, para atender às necessidades da igreja e da Companhia. Quanto às universidades próprias, elas entraram um pouco mais tarde na cogitação de Santo Inácio e da Companhia.

Toda ação pedagógica dos jesuítas foi marcada pelas formas dogmáticas de pensamento, contra o pensamento crítico. O ensinamento proposto pelos jesuítas era alheio ao interesse da Colônia, o que mais tarde vai determinar a sua expulsão pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho, primeiro-ministro de D. José I, rei de Portugal.

São Luis foi a primeira cidade em que os jesuítas exerceram o ensino, fundando em 1626 o Colégio de Nossa Senhora da Luz, no local que o capitão-mor António Moniz Barreiros cedeu ao padre Luis Figueira em 1622. Em pouco tempo essa escola tornou-se um ótimo centro de estudos, desenvolveu-se tanto a ponto de equipara-se com o colégio de Coimbra e o da Bahia. Neste colégio se ensinaram todas as Letras e Ciências, conferindo graus em Letras, Ciências, Artes, Filosofia e Teologia.

Em 1627, o padre Luis Figueira ergueu o corredor do norte, em 1959 o padre Antonio Vieira construiu mais uma parte, a ala do poente, em 1681 o padre Gonçalo de Veras ergueu a ala do nascente e em 1750 o padre José Vidigal mandou fazer o avarandado interno.

O colégio que o padre Antônio Vieira encontrou foi um corredor com quatro cubículos por baixo e seis por cima, sendo que um era livraria, uma rouparia, uma botica, uma adega, um abrigava as coisas da sacristia e em outro ficavam os utensílios da casa, assim só ficariam quatro livres para morar e tomar exercícios. (SERAFIM, 1950, p 118).

O padre Antônio Vieira ao sair do colégio deixou-o com vinte cubículos além dos dez que já existiam. Já em 1760 o colégio constituía uma quadra perfeita, com a igreja ao sul da parte da cidade, com quarenta cubículos. Nesses cubículos os religiosos moravam, e possuía ainda as dependências indispensáveis como a cozinha, refeitório, rouparia, procuratura, carpintaria, serralheria, ranchos dos serviçais e oficinas de pintura e estatutária.

Além da igreja que o colégio possuía, ainda tinha uma capela doméstica, muito bem ornamentada com alcatifas e imagens, sendo que algumas eram de marfim, ainda tinha um presépio, um altar dourado com quatro anjos. A livraria do colégio merece destaque, pois possuía 5.000 (cinco mil) volumes, era do lado da igreja e tinha janelas amplas que podia-se ver o pátio interior e as oficinas de pintura e escultura.

Existia uma sala grande no corredor de cima que era chamada de *pinturía*, nela se adornavam e pintavam as imagens que eram esculpidas em outra oficina, a do escultor e entalhador, anexa à carpintaria, surpreendendo com um grande número de esculturas e obras de talha, apenas iniciadas. E guardavam ainda muitos troncos de cedro grandiosos.

Em 11 de junho de 1761, o Colégio e a Igreja de Nossa Senhora da Luz foi o Palácio dos Bispos, Seminário, Livraria e Sé. O Colégio serviu efetivamente de Paço episcopal até D. Frei Carlos de S. José e Sousa (1844-1850), época em que se arruinou. E só começaram as obras de reforma em 1870, mas as obras pararam. Neste mesmo edifício, depois de reconstruído, funcionou um colégio em 1942.

Em 1750, a Província dos Jesuítas no Brasil possuía 131 casas, sendo delas 17 colégios, e 55 missões entre os índios. No Sul do Brasil, até o ano de 1734 foram fundadas 21 reduções, aldeamentos indígenas habitados por mais de 100.000 índios cristianizados.

Quando foram expulsos do Brasil, os jesuítas contavam com 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras funcionando em todas as cidades onde existiam Casas da Companhia de Jesus. Através de decretos assinados pelo Papa Clemente XIV, tais como o Dominus ac Redemptor, de 21 de julho de 1773, os jesuítas foram suprimidos em todos os cantos do mundo, com exceção da Rússia, onde a autoridade papal não foi reconhecida pelos líderes da igreja ortodoxa. Um balanço de sua obra indica que à época existiam 5 assistências, 39 províncias, 669 colégios, 237 casas de formação, 335 residências missionárias, 273 missões e 22.589 membros.

No Brasil Colônia, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, pudesse realmente aquilatar o valor da educação jesuítica. Ora, quando a colônia passa por transformação dessa profundidade, que lhe altera totalmente a fisionomia, justamente quando passa de uma fase a outra de sua história, a estrutura do ensino desaba. Toda ela pertencia ao esforço dos jesuítas, tornados especialistas na transmissão dos conhecimentos. (SODRÉ, 1999, p. 27).

Após 210 anos de serviços educacionais prestados ao Brasil, os jesuítas foram banidos porque a educação jesuítica não coadunava com os interesses comerciais do Marquês de Pombal. Portugal estava decadente em relação a outras potências européias, e o Marquês pretendia reerguer o país, colocando as escolas a serviço do Estado e não mais da fé. Com o desmantelamento do sistema jesuítico, a educação brasileira praticamente voltou à estaca zero no início do século XIX.

A educação torna-se uma questão pública e não de fé, que pode ser tratada pelas entidades civis, o que de alguma forma a define como integrada num campo social independente da tutela da estrutura religiosa (que não dos religiosos), e, portanto, podendo ser pensada segundo regras próprias, como uma coisa em si. (FELGUEIRAS, 2005, p. 122).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Doc. 00019. Março de 1818. Conselho de Fazenda ao Rei D. Felipe II sobre a petição provincial de ordem de Nª. Srª. Do Carmo, informando os serviços prestados na conquista do Maranhão e na conversão dos gentios por meios religiosos da dita ordem, que seguiram com a aramada do capitão-mor Alexandre de Moura, e solicitando a autorização régia para enviar outros religiosos.

FILHO, Sebastião Barbosa Cavalcanti. A Questão Jesuítica no Maranhão Colonial – 1622-1769. São Luis. SIOGE. 1990

LEITE, Serafim - História da Companhia de Jesus no Brasil. 10 tomos, Lisboa: Liv. Portugália, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Liv. Civilização Brasileira, 1938-1950.